

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO

(Do Sr. Henrique Afonso)

Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir a situação do saneamento básico nos municípios brasileiros.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa. nos termos do arts 255 a 258 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir a situação do saneamento básico nos municípios brasileiros.

Para, debater o tema, sugerimos sejam convidados os representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Saúde;
- b) representantes de órgãos federais, estaduais e municipais com atuação na área de saneamento; e
- c) organizações da sociedade civil e especialistas na área.

JUSTIFICAÇÃO

O fato de as principais causas de mortalidade do País terem se modificado ao longo das últimas décadas - em que passaram a predominar as doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e neoplasias - têm levado as autoridades sanitárias do País, seja na esfera federal, estadual ou municipal a se descuidar do controle da maioria das doenças transmissíveis.

Essa situação se revela em estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil, de fevereiro de 2013, que avaliou o impacto das deficiências do saneamento básico sobre a população brasileira. Esse estudo foi baseado em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), nos 100 maiores municípios brasileiros, no período de 2008 a 2011.

Essa avaliação constatou que em quase metade dos municípios (49%) não houve melhora, nesse período, nos indicadores. Os dados apontam que, em 2011, quase 400 mil pessoas deram entrada no SUS com doenças diarreicas. Dessas, quase 55 mil vivem nos 100 maiores municípios do país.

O mais grave é que de todas as internações, cerca de metade são crianças de 0 a 5 anos, justamente a faixa etária mais fragilizada pela falta de saneamento básico, sendo que em algumas cidades essa taxa chega a mais de 70%, como é o caso de Duque de Caxias (RJ), Juazeiro do Norte (CE), Macapá (AP), Feira de Santana (BA), Belém (PA), Porto Velho (RO) e Manaus (AM). Como se pode observar, municípios de médio e grande portes.

Esse quadro pode ser explicado em boa parte, pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios (Munic) de 2011, em novembro de 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% dos municípios brasileiros não fiscalizavam a

qualidade da água, e, no ano passado, somente 28% contavam com uma Política Municipal de Saneamento Básico.

Outro aspecto relevante está no fato de que, até 2007, o saneamento básico não era visto como um serviço único. A maioria dos municípios estrutura de acordo com os serviços, um para abastecimento de água, outro para drenagem, outro para coleta de lixo. Isso começou a se modificar um pouco, em 2007, com o lançamento do Plano Nacional de Saneamento Básico. Todavia boa parte dos municípios ainda está longe de enfrentar esta questão de forma sistemática e planejada.

A questão da água tem complicações adicionais pela falta de uma articulação mais adequada entre estados e municípios, o que tem comprometido a qualidade da água por falta de controle adequado.

De acordo com os dados da pesquisa, 60,5% dos municípios não acompanhavam as licenças para o abastecimento de água, esgoto sanitário ou drenagem e manejo de águas pluviais; e, 56% não têm qualquer mecanismo de controle ou acompanhamento do saneamento básico por parte da sociedade. Apenas 195 municípios (3,5%) contavam à época com um Conselho Municipal de Saneamento

Quanto à questão dos resíduos sólidos, 42,7% dos municípios não tinham, no ano passado, qualquer ação ou projeto relacionado à coleta seletiva do lixo.

No que diz respeito à coleta seletiva, do total de municípios, 32,3% têm algum programa, projeto ou ação de coleta seletiva; Na Região Sul, a proporção de cidades com coleta seletiva chega a 55,8% do total. No Nordeste, 62,3% não têm nenhuma ação nesse sentido. Apenas 30,7% do total das prefeituras disseram ter conhecimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis. A participação deles na coleta seletiva ocorre de maneira informal em 36,2% desses municípios, enquanto em 48,1% existe parceria com a prefeitura.

Essas e outras sérias questões têm impedido avanços no controle dos casos de diarreia no País e de outras doenças preveníveis por um saneamento básico de boa qualidade. O Brasil poderia estar muito mais avançado nesse campo, se os problemas e entraves principais na condução desse processo fossem bem resolvidos entre todas as esferas de poder.

Essa é uma questão fundamental e estratégica para o Brasil consolidar a mudança de seu perfil epidemiológico. Nada mais oportuno, portanto, que esta Casa tome iniciativas para avaliar a realidade atual do saneamento básico, identificando os aspectos positivos e as falhas na ação tanto do Ministério da Saúde e de outros órgãos federais, quantos dos estados e municípios. Ademais esta Casa tem o dever de promover discussões que possibilitem, principalmente, apontar novas estratégias e propostas concretas para reverter a atual situação do saneamento básico nos municípios brasileiros.

Por todas essas razões, caberia ao Legislativo promover amplo debate técnico e político sobre o tema. Nesse sentido, entendemos ser indispensável que sejam ouvidos o Governo Federal, pelo Ministério da Saúde e outros órgãos com atuação na área, além de representantes dos estados e municípios, entidades da sociedade civil, bem como de profissionais especialistas da área, que, com certeza, oferecerão inúmeras contribuições para a compreensão deste tema tão fundamental para a saúde pública brasileira.

Esperamos, por essas razões, que a Audiência Pública seja convocada pela aprovação, pelo soberano Plenário desta Comissão, do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado Henrique Afonso